

PROCESSO - A. I. Nº 206920.0602/06-1
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - LUIZ OLAVO DO NASCIMENTO
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PEGE/PROFIS
ORIGEM - IFEP - DAT/SUL
INTERNET - 06/02/2007

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJE Nº 0006-12/07

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Representação proposta com base no art. 119, II e § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), tendo em vista que não se pode exigir novamente do autuado o valor do tributo, considerando que as mercadorias apreendidas foram por ele abandonadas em favor da Fazenda Estadual. A relação jurídica existente entre o Estado (sujeito ativo) e o depositário infiel tem natureza civil e não tributária, cabendo a propositura da competente ação de depósito. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A PGE/PROFIS representa a este Conselho de Fazenda, com fulcro no art. 119, II da Lei nº 3.956/81, a fim de que seja extinta a autuação ora versada.

Trata-se de Auto de Infração lavrado após apreensão de mercadorias cuja circulação irregular provocou a autuação. As mercadorias foram depositadas em poder de terceiro estranho ao feito. Não tendo o autuado efetuado o pagamento do débito, nem apresentado defesa, foi declarado revel remetendo-se os autos à Comissão de Leilões. Intimado, o depositário não devolveu as mercadorias, sendo o processo enviado à Procuradoria Fiscal.

A ilustre procuradora, Dra. Ângeli Maria Guimarães Feitosa, após extensas e bem fundamentadas considerações, emite o seu opinativo: *“De todo o exposto, e com espeque no art. 113, § 2º do RPAF, manifestamos discordância à inscrição deste crédito tributário na Dívida Ativa, por flagrante ilegalidade na pretensão de se executar judicialmente, contra o próprio autuado, o crédito tributário apurado no presente Auto de Infração. Ato contínuo, com fundamento no art. 119, II e § 1º do RPAF, representamos ao Conselho de Fazenda Estadual para apreciação do fato, pugnando por que seja extinto o crédito tributário apurado neste feito. Ressalte-se que, vindo a ser Acolhida a presente representação, os autos não deverão ser arquivados, e sim remetidos ao setor judicial desta Procuradoria Fiscal, visto que valerão como prova das alegações formuladas contra o depositário na ação de depósito a ser contra si promovida”*.

VOTO

Em face do exposto, ACOLHO a Representação da PGE/PROFIS, para que seja cancelada a inscrição na Dívida Ativa, devendo o processo ser encaminhado ao setor competente para as providências legais cabíveis contra o depositário das mercadorias.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta, devendo ser encaminhados os autos ao setor judicial da PGE/PROFIS, a fim de servir como prova da Ação de Depósito a ser ajuizada contra o infiel depositário.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de janeiro de 2007.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

FAUZE MIDLEJ – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS